



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

APROVADO

1^a

DISCUSSÃO

EM

15/03/16

PRESIDENTE

REQUERIMENTO N° 13/2016.

Em, 02 de março de 2016.

REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES ARRECADADOS DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CIP) E OS GASTOS DESSE RECURSO, ALÉM DE CÓPIA DE DOCUMENTOS ENVIADOS PELA AMPLA À SECRETARIA.

EXMº SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO.

O Vereador que este subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, R E Q U E R à Douta Mesa, na forma regimental, envio de expediente ao Secretário Municipal de Fazenda solicitando informações sobre os valores arrecadados da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), bem como detalhes do plano de aplicação desses recursos; solicitamos ainda a base de cálculo da CIP e cópia da Carta 130/GCF/2011, enviada pela Ampla à Prefeitura no dia 04 de novembro de 2011.

Sala das Sessões, 02 de março 2016.

Achilles Barreto
ACHILLES ALMEIDA BARRETO NETO
Vereador

JUSTIFICATIVA:

São muitas as reclamações de cidadãos cabo-frienses quanto ao deficiente serviço de iluminação pública, o que não se justifica quando da “religiosa” cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) no boleto individual de cada unidade residencial ou comercial.

As informações constantes da Ementa são de extrema relevância quando da análise das possibilidades para solucionar algumas demandas da municipalidade e servirão para que nos seja possível, enquanto Casa Legislativa, discernir sobre as nossas próprias responsabilidades enquanto agentes públicos, haja vista que paira sobre cada um de nós uma enorme expectativa enquanto porta-vozes do povo.

Não se pode, Senhor Presidente, conviver pacificamente com a ideia de que milhões de Reais são arrecadados anualmente sem que a contrapartida municipal seja a prestação de serviços de iluminação pública.

Assim, diante do exposto, é que nos reportamos os Nobres Edis contando com o necessário apoioamento para que esse importante passo seja dado na direção da consolidação de nossas prerrogativas enquanto legisladores.